

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS DA REALIDADE NA VOZ DO CAMPO E DOS GOVERNANTES

CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN FAMILY FARMING: PERSPECTIVES FROM THE FIELD AND GOVERNMENT OFFICIALS

Recebido em 28.04.2024 Aprovado em 23.07.2024

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.32888/cge.v12i2.62778>

Mirabele Picanço Corrêa

pmirabele@gmail.com

Universidade Federal do Amapá – Macapá/Amapá, Brasil

<https://orcid.org/0009-0009-8202-8691>

Gerciane Cordeiro da Costa

gercordeiro@unifap.br

Universidade Federal do Amapá – Macapá/Amapá, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1022-752X>

Ananias Costa Oliveira

ananiasoliveira@unifap.br

Universidade Federal do Amapá – Macapá/Amapá, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7039-3768>

Resumo

A Agricultura Familiar contribui para o desenvolvimento econômico do Brasil, mas enfrenta desafios que dificultam sua autogestão e capacidade de organização. Este estudo buscou identificar dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do Estado do Amapá para desenvolver e manter seus empreendimentos. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com entrevistas bilaterais aplicadas com agricultores, atores políticos e governamentais locais. Os resultados mostram que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares estão distribuídas em toda a cadeia produtiva, como o desabastecimento de água, falta de mão de obra, condições precárias para o escoamento da produção e excesso de burocracia para acessar políticas públicas e tecnologias.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Empreendedorismo Rural. Políticas públicas. Desafios.

Abstract

Family Farming (FF) contributes to Brazil's economic development but faces challenges that hinder its self-management and organizational capacity. This study aimed to identify difficulties faced by family farmers in the state of Amapá in developing and maintaining their enterprises. Using a qualitative approach, bilateral interviews were conducted with farmers, political actors, and local government officials. The results show that the difficulties faced by family farmers are distributed throughout the production chain, such as water shortages, lack of labor, poor conditions for production drainage, and excessive bureaucracy to access public policies and technologies.

Keywords: Family Farming. Rural Entrepreneurship. Public Policies. Challenges.

Introdução

A agricultura familiar (AF), definida como um sistema gerenciado por uma família, é a principal modalidade global de produção de alimentos, sendo responsável por mais de 80% da produção alimentar mundial (FAO, 2018). O Brasil possui vastas extensões de terras cultiváveis, ótimas condições climáticas e uma agricultura diversificada, o que possibilita a produção, em grande proporção, de diversos produtos (Lisbinski et al., 2020). Isso permite que a AF contribua para o desenvolvimento econômico do país, respondendo por 23% do valor bruto da produção agropecuária do Brasil, abrangendo 67% das ocupações no campo e empregando cerca de 10,1 milhões de trabalhadores (Contag, 2023), além de contribuir para ações relevantes no combate à pobreza (Lima et al., 2019).

No entanto, a literatura tem demonstrado que os agricultores familiares enfrentam diversos desafios para produzir e distribuir seus produtos. Oliveira et al. (2024) mostram, por exemplo, que o acesso a recursos de políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), encontra obstáculos político-administrativos, como a falta de documentação legal e o excesso de burocracia, além de questões relacionadas à infraestrutura e ao capital humano. Isso inclui a necessidade de formação e capacitação, dificultando a agregação de valor à produção e, conseqüentemente, o desenvolvimento dos empreendimentos rurais em nível local.

No Estado do Amapá, predomina a agricultura migratória, que utiliza mão de obra familiar, recursos econômicos próprios e sistemas de produção agrícola de baixa produtividade (Melo; Borges, 2013). Os alimentos cultivados localmente fazem parte da base de sustentação e impulsionam a economia regional (Galiano, 2018). A gestão das políticas públicas relacionadas aos empreendimentos rurais no Estado é de responsabilidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, que possui 137 associações cadastradas sob sua gestão. Entre essas associações, destaca-se a comunidade do Bonito, localizada às margens da BR-210, no perímetro urbano da capital Macapá, que está organizada pela Associação de Produtores Rurais da Comunidade do Bonito (APRCB). Essa organização é reconhecida pela produção e comercialização de hortaliças, abastecendo supermercados e comércios do Estado, e se beneficia de recursos provenientes de políticas públicas, como o Programa de Produção Integrada (PPI), do governo do Amapá (Façanha, 2022).

Diante disso, considerando a AF como um fator-chave para o desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, o objetivo foi identificar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares da Comunidade do Bonito, no Estado do Amapá. Buscou-se capturar as perspectivas bilaterais, tanto dos agricultores quanto dos representantes governamentais e políticos, para retratar o panorama atual da AF no Amapá. Os resultados mostraram que as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares da Comunidade do Bonito são: a falta de abastecimento de água (diante das próprias variações do clima local); a escassez de mão de obra; a condição precária do ramal para acesso à comunidade e, conseqüentemente, para o escoamento da produção; a falta de treinamento e acompanhamento especializado e de acesso amplo às políticas públicas e a tecnologias para o desenvolvimento de seus empreendimentos rurais.

Agricultura familiar como empreendimento rural

O empreendedor é o agente responsável pelo processo de crescimento econômico e concebe o empreendimento como a realização de combinações novas, ao passo que os empresários são os indivíduos aos quais cabe a função de realizar as combinações (Schumpeter, 2022). Nesse aspecto, o empreendedorismo é um dos principais responsáveis pelo desempenho econômico e alcançou maior visibilidade no Brasil a partir dos anos 1990, com a abertura do sistema econômico, a privatização de várias empresas estatais e a abertura do mercado interno para a concorrência externa (GEM, 2010). Yamaguchi et al. (2020) o descrevem como um instrumento que pode gerar

emprego e recursos financeiros para a sociedade, além de oferecer novos produtos e estimular a abertura de pequenos negócios em determinadas localidades.

Nesse sentido, o Empreendedorismo Rural (ER) refere-se a uma ampla variedade de atividades econômicas no campo (Agricultura Familiar, venda de maquinário, venda de produtos de origem rural, desenvolvimento de tecnologias, biocombustíveis, entre outros), focado na inovação, criação de novos negócios e no desenvolvimento econômico da região (Stathopoulou et al., 2004). Com a evolução do setor produtivo rural provocada principalmente pelo uso de novas tecnologias, o Empreendedorismo Rural (ER) depende cada vez mais de investimentos para fomentar o aumento da produtividade e o desenvolvimento em nível regional e local (Schmidt & Bohnenberger, 2009; Lisbinski et al., 2020).

O empreendedor rural é o agente transformador ao qual compete deixar a economia mais dinâmica e competitiva, a ponto de gerar novas oportunidades (Miyazaki et al., 2008). É aquele que realiza atividades agrícolas de cultivo ou de criação de animais e que possui capacidade de gerar receitas ao administrar e desenvolver o setor agrícola (Henry; McElwee, 2014).

Segundo Piva (2010), a AF é um empreendimento rural caracterizada como sistema de produção que abrange todas as formas de agricultura, destinado ao sustento da família, em que o excedente é comercializado. Sua atividade principal se concentra na satisfação das exigências do mercado comprador (Dorigon, 2008). Ela também garante a segurança alimentar global e contribui significativamente para a geração de emprego e renda nas áreas rurais, representando uma intersecção entre os aspectos econômico, ambiental, social e cultural (Lima et al., 2019).

No entanto, no Brasil, esses agricultores eram vistos apenas como pequenos produtores de baixa renda ou de subsistência (Wanderley et al., 2012) e, para que sua importância fosse reconhecida, medidas importantes de auxílio foram criadas, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Brasil, 1996), e a edição da Lei nº 11.326/2006, que define Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Brasil, 2006). De acordo com Oliveira et al. (2023, p. 03):

Nela, o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural são definidos como aqueles que: praticam atividades no meio rural, não detêm, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizam predominantemente mão de obra da própria família com fins econômicos; tem renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento.

Dentro dessa política, programas como o benefício Garantia-Safra, o Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais esforços estaduais e municipais também buscam auxiliar os agricultores por meio de consultorias e ajudas especializadas que garantam a capacitação dos mesmos para responder às demandas do mercado, uma vez que as relações comerciais estão cada vez mais exigentes (MDA, 2012).

O estado do Amapá, nesse contexto, é beneficiado por pelo menos seis políticas públicas voltadas para agricultores familiares, sendo elas: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa de Produção Integrada (PPI), Programa de Aquisição de Alimento (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as quais os agricultores familiares têm direito de acessar (Saraiva; Borges, 2021).

Principais desafios de produtores rurais e a Comunidade do Bonito no Amapá

As políticas e programas voltados para esse setor desempenham um papel decisivo no fomento do desenvolvimento sustentável, na garantia da segurança alimentar e na promoção da equidade social (Azevedo & Pessôa, 2011). Contudo, apesar dos progressos alcançados, há obstáculos na aplicação eficaz dessas políticas, como a necessidade de ajustá-las às especificidades locais e aprimorar a gestão para assegurar que as medidas propostas cumpram seus objetivos (Quaresma, 2023). Oliveira et al. (2024) identificaram doze barreiras na literatura especializada, distribuídas nas dimensões de infraestrutura, política administrativa e capital humano.

De fato, a agricultura familiar carece mecanismos e políticas públicas diversificadas, capazes de promover resultados efetivos para o desenvolvimento em todas as suas dimensões (Lomba & Silva, 2014). O uso de tecnologias, por exemplo, que surgem como solução para o aumento da produtividade e competitividade no sistema de produção agrícola, torna-se um desafio. Isso ocorre porque mesmo com vários avanços, como a automação em diversas atividades na cadeia produtiva, o acesso a essas novas tecnologias nem sempre é economicamente viável para pequenos e médios produtores (Dhillon & Moncur, 2023).

Entre as políticas públicas nacionais e locais para treinamento, assistência técnica, financiamento e acompanhamento dos projetos da AF, a comunidade do Bonito já conta com o Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI), do Governo do Estado, gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e efetivado em conjunto com o Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural (RURAP), que oferece apoio e orientação aos agricultores para a melhoria do processo de produção e escoamento da colheita (Façanha, 2021).

O cultivo da terra realizado por famílias de agricultores também enfrenta desafios socioambientais, como a expansão da fronteira agrícola em áreas vulneráveis, como a região Amazônica e o Cerrado; queimadas, desmatamento e a emissão de gases poluentes que causam o efeito estufa (Costa, 2018). Atentar para essas questões tem influenciado nas exigências do mercado internacional de alimentos, tanto por parte de consumidores quanto de governos, relacionadas à origem dos produtos/serviços ofertados, como o Movimento Slow Food, que, de acordo com Andrade e Monteiro (2023), estabelece a missão de salvaguardar as culturas e tradições locais que contribuem e compõem a diversidade alimentar, valorizando os saberes, os produtos e as pessoas. Não bastam qualidade e preço, mas a observância dos efeitos ambientais e sociais decorrentes da produção agrícola (Silva, 2012).

Além disso, Dornelas (2019) lista problemas comuns na AF, como falta de infraestrutura, escassez de mão de obra, burocracia para o acesso a recursos de políticas públicas, falta de condições para a manutenção do empreendimento (adubos, maquinário, fornecimento de água, transporte) e de capacitação dos produtores para a gestão de seu negócio.

Azevedo e Pessôa (2011) acrescentam que é preciso melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares por meio das iniciativas já existentes e da criação de novas, para estimular a geração de emprego e renda, movimentação econômica, acesso a mercados e valorização cultural nas comunidades rurais.

Nesse sentido, a comunidade do Bonito, localizada no km 17, às margens da BR 210, possui uma economia predominantemente agrícola. Apesar da proximidade com a capital, Macapá, ainda enfrenta muitos problemas de infraestrutura básica, como fornecimento de energia e água.

A APRCB/AP foi constituída em 18 de novembro de 2013, em resposta à necessidade dos moradores da região de acessar políticas públicas que beneficiassem suas práticas agrícolas. Atualmente, a Associação possui 44 famílias afiliadas, sendo predominante a cultura de hortaliças.

A APRCB vem ganhando maior visibilidade. Em maio de 2023, foi reconhecida como entidade de utilidade pública por meio da Lei 2.845, nos termos da Lei Ordinária nº 0027, de 31 de agosto de 1992, garantindo aos seus associados preferência na obtenção de auxílios, incentivos e outros benefícios disponibilizados pelo governo do Estado do Amapá, como isenções fiscais e acesso a recursos públicos (Amapá, 2023).

Procedimentos metodológicos

A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso, pois, de acordo com Yin (2015), trata-se de um método relevante quando o foco do estudo é um evento contemporâneo e quando se pretende entender como e por que determinado fenômeno ocorre. A abordagem do trabalho é qualitativa (Birochi, 2021), consistindo em uma imersão no contexto em estudo, interagindo com ele para compreender a realidade local relacionada à AF e ao empreendedorismo.

No que diz respeito aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, baseada na busca por uma abordagem do fenômeno por meio do levantamento de informações, que orientaram os pesquisadores a conhecerem mais sobre a temática. Segundo Gil (2017), as pesquisas descritivas têm como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis.

Foram realizadas três visitas à comunidade do Bonito, na cidade de Macapá, Estado do Amapá, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023, com o intuito de observar o contexto de pesquisa em seus aspectos físicos e sociais. A amostra dos participantes da pesquisa foi formada por 44 membros filiados à APRCB.

A coleta dos dados foi realizada em janeiro de 2024, entrevistando-se 12 agricultores, identificados pelas siglas AA, AB, AC, AD, AE, AF, AG, AH, AI, AJ, AK e AL, um Deputado Estadual (sigla LA) e um representante do poder público (sigla CS). Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, com roteiros divididos por categorias, conforme Figura 1, devidamente validados pela teoria de base e por três especialistas. Nas entrevistas, consideradas fontes importantes para o estudo de caso (Yin, 2015), buscou-se obter o máximo de informações sobre os desafios enfrentados pelos produtores rurais da Comunidade do Bonito pertencentes à APRCB. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise, utilizando-se a ferramenta de transcrição de áudio do Word (Office 365).

Figura 1 – Categorização dos temas debatidos na literatura consultada da Agricultura Familiar

Categorias	Temas motores	Base teórica
Produção	<ul style="list-style-type: none">• <i>Processo produtivo e força de trabalho</i>• <i>Infraestrutura e Acesso a Recursos</i>• <i>Desafios Financeiros</i>	Barrett, Reardon e Webb (2001) Prada (2019) Moradet et al. (2023) Dhillon e Moncur (2023) Alves (2009) Resende (2015) Rodríguez (2017) Teixeira (2020)
Políticas públicas	<ul style="list-style-type: none">• <i>Políticas de apoio à produção</i>• <i>Políticas de capacitação e empreendedorismo</i>	Sauer (2016) Saraiva e Borges (2021) Dornelas (2009)
Mercados e tecnologias	<ul style="list-style-type: none">• <i>Tecnologia e diversificação de culturas</i>• <i>Acesso a Mercados</i>	Oliveira et al. (2024). Saraiva e Borges (2021) Souza et al. (2018) Quaresma (2023)

Fonte: Elaborado pelos Autores (2024).

A análise dos dados foi realizada por meio da aplicação da técnica de Análise de Conteúdo, utilizando-se a categorização conforme descrita por Bardin (2016). Essa abordagem permitiu identificar as subjetividades presentes no material coletado e organizar as ideias de forma categorizada para atender ao objetivo da pesquisa.

O foco foi retratar a realidade da AF na comunidade do Bonito, conforme percebida pelos próprios agricultores, avaliando o alcance das políticas públicas na comunidade e as demandas ainda não atendidas, em comparação com as propostas das instâncias governamentais, representadas no processo pelo coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

Apresentação e análise dos resultados

Descritivos dos produtores rurais da Comunidade do Bonito

Inicialmente, os resultados (ver Tabela 1) revelam que os aspectos demográficos identificados neste estudo estão em consonância com a observação feita por Oliveira et al. (2023) sobre a predominância masculina no trabalho rural, como evidenciado pelos dados da comunidade, onde a força de trabalho é composta em sua maioria por homens, totalizando 91,7% da produção.

A Tabela 1 também evidencia o envelhecimento da população rural, consequência da migração dos jovens para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de educação e emprego, rompendo a continuidade da tradição agrícola dentro das famílias. Camarano e Abramovay (1999), ao analisarem o êxodo rural no Brasil entre as décadas de 1950 e 1990, alertam que, no movimento migratório rural, tem ocorrido um "rejuvenescimento", ou seja, uma maior saída de jovens. A idade média dos entrevistados foi de 50,6 para homens e 55 para mulheres.

Tabela 1 – Análise descritiva dos agricultores.

Sexo	Percentual
Homens	91,7%
mulheres	8,3%
Idade	Média
Homens	50,6
Mulheres	55
Escolaridade	Percentual
Analfabeto	16,3%
Ensino fundamental incompleto	58,3%
Ensino médio completo	8,3%
Ensino superior completo	8,3%

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Quanto à instrução, pode-se verificar na Tabela 1, a baixa escolaridade dos agricultores da comunidade do Bonito. Um dos principais fatores que contribuem para essa situação é a precariedade da oferta de ensino, uma vez que, não há escolas na comunidade, apenas nos bairros mais próximos da cidade de Macapá, que podem ficar até 50 km distantes da localidade. Esse aspecto é corroborado pela fala do produtor AE, que menciona: "*Os estudantes se deslocam para a Ilha Redonda, Brasil Novo, Jardim Felicidade, Curralinho, indo de Kombi escolar da Prefeitura (leva os alunos pela manhã e traz à tarde). Uma escola ajudaria as pessoas a ficarem aqui e ia trazer mais gente. Até eu voltaria a estudar*".

Esse fato contrasta com os dados do último censo demográfico (IBGE, 2022), que indicam uma taxa de analfabetismo abaixo da média nacional em municípios com população superior a 100 mil habitantes. Além disso, para acessar os recursos destinados ao fomento da agricultura familiar, os produtores precisam elaborar projetos, relatórios técnicos, participar de licitações e realizar outros procedimentos que exigem conhecimentos específicos. Nesse contexto, destacam-se os analfabetos funcionais, definidos pela Unesco (2003) como indivíduos que, embora possuam um nível básico de alfabetização, não conseguem utilizar eficazmente suas habilidades de leitura, escrita e aritmética em situações práticas. A falta dessas competências resulta na perda de oportunidades para subsidiar seus processos produtivos.

Desafios da AF na Comunidade do Bonito

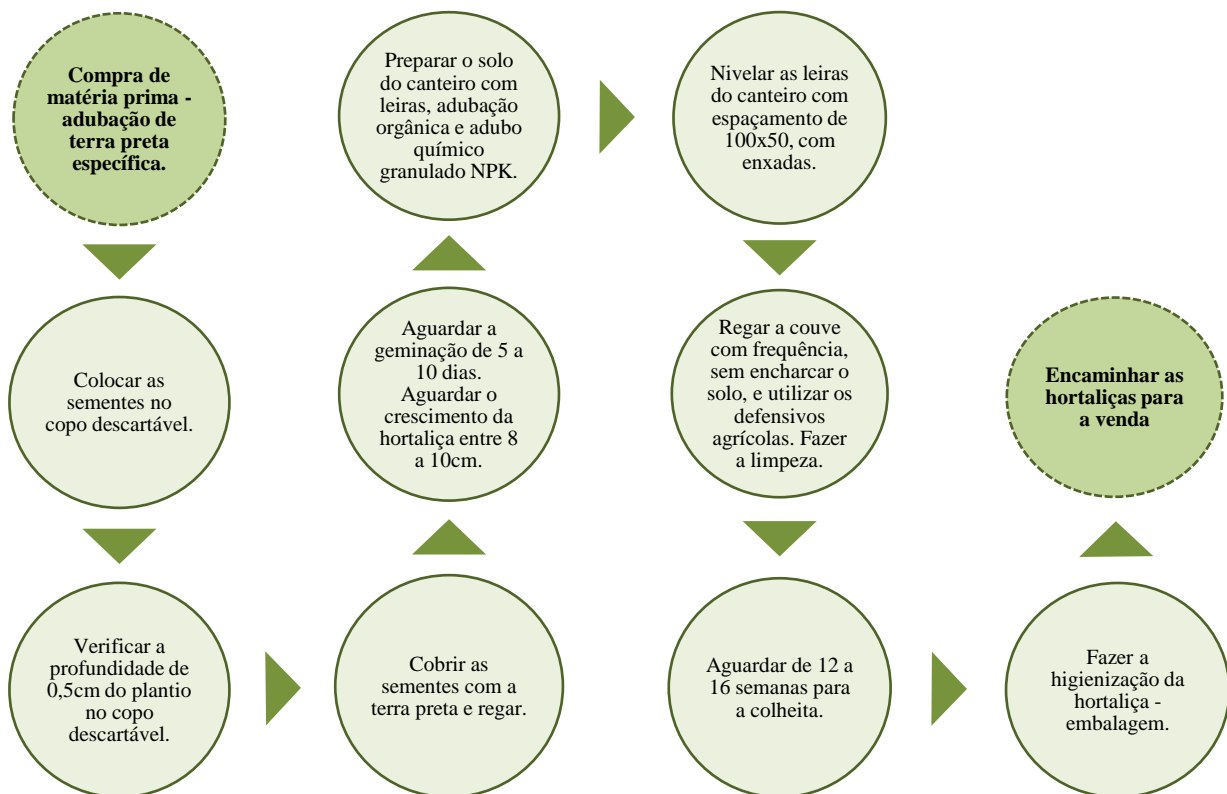
Para obter uma compreensão mais aprofundada, os desafios enfrentados pelos agricultores foram agrupados em três categorias principais: Produção, Políticas Públicas e Mercados e Tecnologias.

Produção

Os resultados revelam que os principais produtos agrícolas da região incluem hortaliças (cebolinha, coentro, couve, alface, chicória, pimentinha), fruticultura (milho, pitaya, graviola, macaxeira, abacate, coco, mamão, abóbora, entre outros) e pecuária de pequeno porte, como a criação de porcos, galinhas e um único criador de peixes. Essa estratégia é conhecida como diversificação produtiva, que envolve a produção de uma variedade de culturas e a criação de diferentes tipos de animais em uma mesma propriedade (Ellis, 2000). Segundo o IPEA (2022), a diversificação produtiva contribui para melhorar os rendimentos dos agricultores diante das oscilações do mercado e das sazonalidades. Barrett, Reardon e Webb (2001) corroboram essa visão, explorando como a diversificação produtiva pode ser uma estratégia importante para a segurança econômica das famílias rurais. O agricultor AA, por exemplo, mencionou: *"Planto a parte de folhagem, hortaliças, mas o solo da região do Bonito pode cultivar outros tipos de produção, como macaxeira (que estou começando a plantar), estou querendo plantar abóbora também"*.

Cada cultivo segue um processo específico, como exemplificado no caso da couve na Figura 2, destacando o predomínio da horticultura na Comunidade do Bonito.

Figura 2 – Fluxograma do processamento da couve.

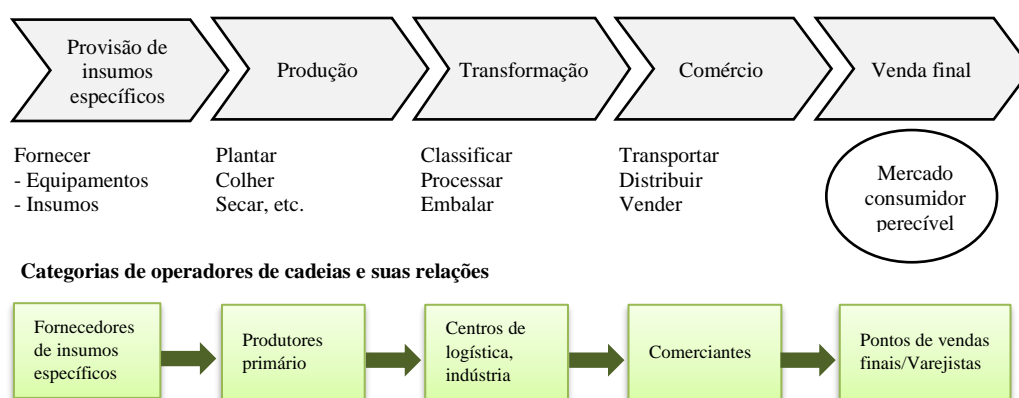


Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

No fluxograma elaborado com base nas informações fornecidas pelos produtores, percebe-se um processo aparentemente simples, porém que demanda condições para sua efetivação, as quais podem ser proporcionadas pela aplicação de ferramentas de gestão. O empreendedorismo rural tem se destacado como uma alternativa promissora para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais inseridas no setor primário.

Nesse contexto, Prada (2019) destaca a cadeia de valor como uma ferramenta de gestão criada por Michael Porter, que visa mostrar as atividades da organização para agregar valor aos seus bens/serviços junto aos clientes, criando vantagem competitiva para o empreendimento e favorecendo seus lucros e crescimento. Um exemplo de cadeia de valor na AF poderia ser aplicado a qualquer produto do Empreendedorismo Rural, como demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Cadeia produtiva da mandioca.



Fonte: Adaptada de Mocumbe (2010).

Através dessa perspectiva, torna-se viável otimizar o processo produtivo ao identificar aspectos disfuncionais e reestruturá-los, adicionando valor aos bens/serviços do empreendimento e destacando seus diferenciais no mercado (Prada, 2019). No caso da APRCB, isso se manifesta no cultivo de produtos orgânicos e sustentáveis (Silva, 2012).

Contudo, a APRCB enfrenta diversos desafios no processo produtivo, como apontado pelos agricultores mencionaram a estiagem prolongada como um problema, sendo citada por 41,6% dos entrevistados. Isso poderia ser solucionado com a adoção de práticas de gestão de recursos hídricos baseadas na agricultura inteligente, que utiliza métodos estratégicos para economizar água e cultivar de forma sustentável em condições climáticas adversas (Moradet et al., 2023). Além disso, 33,3% dos agricultores relatam problemas decorrentes do excesso de calor, que afeta o abastecimento de água. Os agricultores dependem de poços em seus processos produtivos, sendo 66,7% poços artesanais e 33,3% poços do tipo Amazonas. AC explica que a água:

É captada de poços artesanais de 60-70 metros de profundidade, mas que na estiagem de 2023 acabaram secando. O Agricultor, para produzir, tem que ter, no mínimo, 3 ou 4 poços artesanais para abastecer sua cisterna. Dentro dessa cisterna se coloca outra bomba (periférica) para captar essa água e molhar a plantação – o que deve ser feito de 3 a 4 vezes ao dia para manter as plantas vivas.

Entre os produtores que utilizam poços do tipo Amazonas, alguns relatam uma diminuição na produção, enquanto 16,6% chegam a perder todo o cultivo. Desafios também são enfrentados na estação chuvosa, com 16,67% mencionando problemas decorrentes do excesso de chuvas que prejudicam as plantações. Além dos fatores climáticos, 8,3% destacam a qualidade da terra como um desafio, mencionando a falta de testes de solo e a necessidade de trabalhar com pouca informação sobre as condições do solo. AC explica: "O maior problema é a terra. Não há teste de solo e a gente trabalha no escuro para ter uma boa produção". Para enfrentar esses desafios na

agricultura de pequena escala, Dhillon e Moncur (2023) sugerem o uso de tecnologias como a automação do sistema de irrigação, robótica e inteligência artificial (IA), que podem impulsionar a produtividade e o rendimento da produção agrícola. No entanto, isso exige maiores investimentos e um aumento nas políticas de acesso ao crédito para esses produtores.

Para lidar com a terra em si, são necessários insumos como adubos orgânicos e químicos, sementes e defensivos agrícolas. A FAO (2015) realizou uma análise abrangente sobre a qualidade do solo global e suas implicações para a agricultura e o meio ambiente, enfatizando a importância da matéria orgânica do solo para a agricultura e a necessidade urgente de adotar práticas de manejo sustentáveis para preservar e melhorar a qualidade deste. No entanto, para a APCRB, o alto custo de insumos no Estado do Amapá, especialmente quando adquiridos de outros estados no atacado, representa um desafio para 24,9% dos produtores. Outrossim, 8,3% relataram receber apenas o terreno limpo, sem assistência para iniciar a produção, enquanto outros 8,3% mencionaram a falta de apoio do governo para adquirir os insumos necessários. AJ afirma: *"Outra dificuldade é comprar adubo e outros insumos para a produção."*

A falta de mão de obra capacitada também é uma preocupação, afetando as operações agrícolas de 83,3% dos produtores, que não conseguem encontrar trabalhadores na própria comunidade. Alves (2009) afirma que a qualificação da mão de obra é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar, e enfatiza que a formação técnica dos agricultores contribui para a adoção de práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis, aumentando a produtividade e a renda das famílias. Muitos precisam recorrer a bairros adjacentes e até mesmo a outras cidades em busca de mão de obra qualificada. AC relata: *"Os trabalhadores locais não são suficientes para cuidar da produção. Temos que buscar nos bairros adjacentes e comunidades como Brasil Novo, Curralinho, Quilômetros 9 e 11. Alguns vêm de Macapá e passam a semana trabalhando, voltando no sábado para suas casas"*. Isso impacta diretamente na produtividade e desenvolvimento das práticas agrícolas da comunidade.

Outro desafio encontrado é o escoamento da produção, que é feito de forma individual, com 50% dos produtores usando veículos próprios, enquanto outros dependem de transporte público ou dos compradores para buscar os produtos. As condições precárias das estradas, especialmente o ramal de acesso à Comunidade do Bonito, representam um desafio adicional. Resende (2015) corrobora que entre as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, como estradas inadequadas, falta de armazenamento adequado, e problemas de transporte, afetam a qualidade e a competitividade dos produtos. AC comenta: *"Sentimos dificuldade, principalmente quando chove e fica tudo muito empoeado e liso. Quem se locomove em motos fica quase impossibilitado de sair daqui. E quem tem carro tem prejuízos com manutenção (troca de peças que estragam no ramal"*. Rodrigue (2017) enfatiza a importância de uma logística eficiente para garantir que os produtos agrícolas cheguem aos mercados urbanos em condições adequadas e isso perpassa pela infraestrutura inadequada e as dificuldades de acesso às áreas urbanas.

Quanto à infraestrutura e ao acesso a recursos, a maioria dos produtores considera que precisa de melhorias, especialmente em relação ao maquinário, que é muitas vezes antigo e não suporta a demanda. Desafios financeiros também são comuns, com os agricultores enfrentando altos custos de produção e dificuldades para acessar recursos públicos para investimento. AC relata: *"Cada um faz o seu investimento, já que a produção é particular. Só é feita a divisão quando a gente faz uma captação de recursos e tendo o Plano de Trabalho, a quantidade de produtores beneficiados, já sendo destinada a quantidade de recurso para cada um"*. Teixeira (2020) reforça a importância do acesso a recursos e da infraestrutura adequada para a agricultura familiar, destacando que a falta de investimentos em infraestrutura e o acesso limitado a crédito e assistência técnica dificultam a competitividade dos pequenos agricultores, conforme foi identificado na APCRB.

Diante dessas dificuldades, é essencial uma maior assistência do poder público para garantir o sucesso dos empreendimentos rurais. Isso inclui políticas específicas para lidar com questões climáticas e facilitar o acesso a insumos e mão de obra qualificada. Ações pontuais de políticas públicas são necessárias para enfrentar esses desafios e promover o desenvolvimento sustentável da AF no Amapá.

Políticas Públicas

De acordo com CS, Coordenador de Desenvolvimento Rural, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) tem a missão de formular e planejar a política pública do setor no Estado do Amapá e se divide em três divisões principais: a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural (CODER), responsável por projetos voltados ao campo,

a Coordenadoria de Agronegócios (COAGRO) e a Coordenadoria de Economia Rural (CER). Atualmente, estão em execução programas como o PPI, Amapá Cacau e o Reniva, todos custeados pelo Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (FRAP), um fundo não reembolsável destinado à captação de recursos para o fomento à AF.

O programa mais reconhecido pelos produtores é o PPI (83,4%). Sobre isso, AC comenta: "*Já utilizamos o capital injetado pelo Governo do Estado para investimento na agricultura familiar. A APRCB capta o recurso, contrata uma empresa para executar o projeto e comprar os insumos/produtos, e depois é realizada a prestação de contas com a SDR*", que acompanha e orienta os recursos por meio do gestor de parceria, enviado à associação para oferecer assistência aos produtores na execução do Plano de Trabalho. Os investimentos no setor agrícola são importantes porque promovem ganho de produtividade aos empreendimentos rurais, tendo reflexos positivos também no desenvolvimento rural dos municípios (Lisbinski et al., 2020).

Quanto ao acesso a essas políticas, 8,3% dos entrevistados nunca usufruíram delas, 8,3% estão aguardando a execução de poços artesianos e 83,4% já receberam algum benefício do PPI. AC esclarece: "*Executamos em 2021 o primeiro convênio, no valor de 179 mil; em 2022, pegamos um para criação de galinhas, de 128 mil, e um para hortaliças de 957 mil reais para serem executados pelos produtores da comunidade*". Nesse contexto, um planejamento adequado, como a elaboração de um plano de negócios, pode não apenas facilitar o acesso a políticas governamentais, mas também é crucial para o sucesso do empreendimento (Schmidt & Bohnenberger, 2009).

Segundo os entrevistados, o principal requisito para ter acesso aos recursos é estar associado à Associação e ser um membro ativo. AC complementa:

Não tem como fazer para Pessoa Física. Só é possível através da Associação. É feita uma chamada pública através da Secretaria, a associação tem que estar toda legalizada perante o órgão fiscalizador. Uma vez qualificada, é feita a chamada por meio de um edital e, uma vez aprovada, a associação assina o convênio para acessar o recurso. Não recebemos o dinheiro, mas um saldo positivo na Agência de Fomento do Amapá. Diante disso, deve-se ter um Plano de Trabalho a implementar. É tirada a nota fiscal, conforme o Plano de Trabalho, a AFAP vai executando as ordens de pagamento. [...] Inclusive ainda estamos finalizando a execução do PPI de 2023.

De acordo com AC, Coordenador de Desenvolvimento Rural, as Organizações Sociais direcionam seus esforços principalmente para pessoas jurídicas, como associações ou cooperativas. Os fundos públicos recebidos pelos associados não são reembolsáveis, mas AC menciona a existência de créditos reembolsáveis, onde os agricultores podem acessar recursos por meio do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), emitido pelo RURAP após fiscalização. Todos os agricultores da APRCB possuem o CAF, obtido através da associação. Sauer (2016) enfatiza a importância de políticas integradas que contemplem crédito, assistência técnica, comercialização e acesso a mercados.

Para manter o acesso dos associados às políticas governamentais, a APRCB mantém-se informada e mobilizada, como menciona AA: "*A presidência corre atrás, vai nos locais públicos, procura políticos, como o deputado LA ou o secretário da SDR*". Saraiva e Borges (2021) ressaltam a importância da participação dos agricultores e suas organizações na defesa de seus interesses, especialmente diante da histórica precariedade das políticas públicas voltadas para o meio rural.

Quanto às políticas de capacitação e empreendedorismo, em relação à capacitação dos agricultores familiares, 8,3% nunca receberam treinamento, 8,3% só receberam extensão rural e os demais 83,4% foram capacitados por entidades como Sebrae, Senar, Rurap e Senai. CS menciona que "*o RURAP, atualmente, não dispõe de técnicos suficientes para atender todas as comunidades de agricultura familiar do estado, mas está buscando alternativas para ampliar esse alcance*".

Nos temas relacionados à saúde, segurança no trabalho e gerenciamento contábil, apenas 41,7% dos agricultores receberam treinamento nos últimos dois anos. A CODER/SDR informa que, embora não seja sua atribuição principal, realiza ações e convênios com outras secretarias estaduais, como a da Saúde, para oferecer serviços e treinamentos.

Os agricultores reconhecem a importância dos treinamentos e consideram benéfica a realização de cursos sobre segurança no trabalho, técnicas de venda, conscientização sobre defensivos agrícolas e educação financeira para a gestão de capital. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a falta de acesso a crédito, a escassez de infraestrutura e a carência de capacitação técnica, como discutido por Dornelas (2019) e Oliveira (2019).

Mercados e Tecnologias

No que se refere às oportunidades para diversificar as culturas na região, todos os produtores concordam que elas existem, e avaliam a AF no Amapá como um grande potencial. Nesse sentido, CS concorda:

O PPI, como a gente trabalha, as áreas que utiliza, a gente já coloca como sendo para diversificar a produção, e já prepara o solo, e deixa a terra apta para receber não só a mandiocultura, pode colocar o milho, o feijão, as hortaliças, pode colocar uma diversificação de culturas. Então, o programa já prevê um rendimento melhor dentro da área trabalhada, que é de um hectare e que dá para produzir bastante coisa. A gente preza muito isso.

A tecnologia, para os agricultores familiares, poderia ser melhor incorporada nas atividades agrícolas, pois, de acordo com o entrevistado AB: *"Ajudaria a gente a produzir melhor e mais. É ainda mais aos que trabalham manualmente"*. Nesse quesito, CS destaca que *"apenas com o acréscimo de máquinas para preparo do solo, já se ganha muito tempo em relação ao processo manual"*.

Quanto às tecnologias conhecidas pelos agricultores que podem ser usadas para melhorar a produção, o escoamento e a gestão do empreendimento rural, foram citados diversos recursos, incluindo máquinas próprias para arar a terra, sistemas automáticos de irrigação, transporte para a produção, estufas para cultivo protegido, entre outros. O entrevistado CS menciona que *"o poder público já disponibiliza algumas dessas tecnologias e está em experimentos com outras, como sistemas de irrigação automatizados"*.

Percebe-se que, apesar desse apoio tecnológico, os produtores esperam mais do ente público. Segundo Saraiva e Borges (2021), a AF ainda não conseguiu se desenvolver a ponto de se autogerir, e até que esse momento chegue, precisa de todo o assessoramento e apoio possíveis. Souza et al. (2018) destacam que a dificuldade em obter financiamento para investimentos em infraestrutura, maquinário e tecnologia limita o crescimento e a modernização das atividades rurais.

Na visão dos produtores, ações do governo poderiam melhorar o mercado da produção agrícola no estado, além de disponibilizar as tecnologias necessárias. Falta uma cooperativa, que tenha CNPJ para que o valor do produto não seja baixo e a gente não fique no prejuízo. Há também a questão da posse da terra e da certificação. Inclusive, por causa da burocracia, falta de documentação e de certificação, os produtores não estão acessando o programa da merenda escolar (PNAE), que é o maior programa de alimentação e nutrição em âmbito nacional.

Diante das cobranças, a SDR reforça que o Amapá é um dos poucos estados do Brasil que oferece todo o suporte para a AF. CS detalha que *"há o acompanhamento em toda a cadeia produtiva do empreendimento rural, desde a política de implantação até a comercialização dos produtos"*.

Na visão dos produtores, a APRCB poderia melhorar em vários aspectos para incentivar a atividade agrícola no Amapá, organizando e informando melhor os produtores. Oferecer mais insumos e financiamentos, além de investir em tecnologia, pode aumentar a produção e criar condições adequadas para o escoamento dos produtos. Isso ajudaria os produtores a se tornarem mais competitivos, especialmente considerando que o sistema agroindustrial tem avançado significativamente e se tornado cada vez mais exigente e especializado (Piva, 2010). Galiano (2018) destaca que a implementação de uma central de abastecimento pode fomentar a agricultura familiar, além de melhorar, expandir e garantir a assistência alimentar, bem como gerar empregos e renda.

A primeira reivindicação dos produtores é a reabilitação do ramal de acesso, o que também possibilitaria que o transporte público chegasse ao local; um posto de saúde e uma escola na comunidade. Há escassez de infraestrutura adequada, incluindo falta de estradas pavimentadas, energia elétrica e acesso à internet, o que

dificulta a produção, o escoamento e a comercialização dos produtos. Além disso, a ausência de armazéns e agroindústrias limita a agregação de valor aos produtos, reduzindo a competitividade dos produtores rurais.

Portanto, para a APRCB/AP desenvolver e fortalecer o ER, há necessidade de políticas que venham ao encontro de sua realidade imediata, parcerias com instituições de ensino, órgãos governamentais e entidades do setor privado, para que acesse aos seus direitos, seja por meio de programas de capacitação, acesso a crédito e investimentos em infraestrutura. Isso promoverá a agregação de valor, a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais (Quaresma (2023).

Considerações finais

O presente estudo buscou identificar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares da comunidade do Bonito, no estado do Amapá. Os resultados mostram que esses empreendedores rurais enfrentam problemas distribuídos ao longo da cadeia produtiva local. No entanto, a APRCB/AP tem desenvolvido seu potencial agrícola, inclusive trabalhando com uma diversidade de culturas e conseguindo ajudar a abastecer o município de Macapá.

Quando produtores agrícolas conseguem contribuir para o abastecimento dos centros comerciais urbanos, isso reflete avanços no desenvolvimento rural dos municípios (Lisbinski et al., 2020). Em nível local, enquanto polo produtivo, apesar de já terem acesso a políticas como o PPI, os agricultores ainda necessitam de maiores investimentos públicos para viabilizar a produção, como insumos, maquinário, assistência técnica especializada e constante, testagem do solo, entre outras tecnologias, até que se consolide a produção e os agricultores possam se sustentar com seu trabalho, recebendo um valor justo por seus produtos.

Entre as políticas públicas nacionais e locais para treinamento, assistência técnica, financiamento e acompanhamento dos projetos da agricultura familiar, a pesquisa identificou que os produtores rurais contam com o Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI), do Governo do Estado, gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e efetivado em conjunto com o Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural (RURAP). Essas políticas auxiliam os agricultores familiares a ganhar solidez no seu processo de produção e escoamento de produtos (Façanha, 2021). Contudo, executar essas e outras políticas também depende de uma atuação mais ativa de gestores e governos (Oliveira et al., 2024).

Esses desafios enfrentados pelos agricultores familiares, de ordem infraestrutural, política e econômica, também requerem do poder público maior organização político-administrativa. Para que as políticas públicas sejam efetivas para os agricultores familiares, torna-se necessária uma adequação à realidade social e produtiva do empreendedor rural. Ações como a titularização das terras, a criação de cooperativas e de centrais de abastecimento podem contribuir substancialmente para que os associados consigam melhor resultado na gestão de seus cultivos (Galiano, 2018).

Ainda que limitado à amostra, espera-se que este estudo contribua com o desenvolvimento da agricultura familiar em âmbito local, ensejando a elaboração de políticas e ações que incentivem seu desenvolvimento. Os resultados também oportunizam pesquisas futuras, tais como: 1) aplicar pesquisa de forma granularizada ao longo da cadeia produtiva de cultivos específicos pode ajudar a entender as especificidades dos desafios enfrentados e os resultados poderão auxiliar na formulação de políticas mais assertivas; 2) mapear a heterogeneidade tecnológica na produção também é um campo fértil de pesquisa, uma vez que na última década houve avanços importantes na produção agrícola.

Referências

- Amapá (Estado). (2023, 29 de maio). *Lei ordinária nº2.845*. <https://leisestaduais.com.br/ap/lei-ordinaria-n-2845-2023-amapa-declara-de-utilidade-publica-no-ambito-do-estado-do-amapa-a-associacao-dos-produtores-rurais-da-comunidade-do-bonito-aprcb-ap>.
- Alves, E. (2009). *Agricultura Familiar: desenvolvimento e sustentabilidade*. Brasília: Ipea.
- Andrade, J. S., & Monteiro, A.N. (2023). Movimento Slow Food: o contraste entre a alimentação atual e hábitos nativos. *Revista FT, Ciências da Saúde*, 123.
- Azevedo, F. F., & Pessoa, V. L. S. (2011). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Sociedade e Natureza*, 23(3), 483-496.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barrett, C. B., Reardon, T., & Webb, P. (2001). Nonfarm income diversification and household livelihood strategies in rural Africa: concepts, dynamics, and policy implications. *Food policy*, 26(4), 315-331.
- Birochi, R. (2021). *Metodologia de estudo e de pesquisa em administração* (2nd ed.). Brasília: CAPES/UAB.
- Brasil. (1996). Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996 - *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03decreto/d1946.htm. Acesso em: 06 dez. 2023.
- Brasil (2006). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 06 jan.2024.
- Camarano, A. A., & Abramovay, R. (1999). *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Contag. (2023). *Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2023*. Brasília: v. ii, ano 2.
- Costa, L. de O. (2018). *Agronegócio brasileiro: história, importância no cenário internacional e perspectivas*.
- Dhillon, R., & Moncur, Q. (2023). Small-scale farming: A review of challenges and potential opportunities offered by technological advancements. *Sustainability*, 15(21), 15478.
- Dorigon, C. (2008). *Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Dornelas, J. C. A. (2019). *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios* (8th ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ellis, F. (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford university press.
- Façanha, W. (2021). *PPF: Governo do Amapá fortalece produtores de mandioca, açaí e camarão em região ribeirinha*. Portal Governo do Amapá. Recuperado de <https://www.amapa.gov.br/noticia/0412/ppi-governo-do-amapa-fortalece-produtores-de-mandioca-acai-e-camarao-em-regiao-ribeirinha>.
- Façanha, W. (2022). *PPF: com investimento do Governo do Amapá, Comunidade do Bonito avança na produção de hortaliças verdes em Macapá*. Portal Governo do Amapá. Recuperado de <https://amapa.gov.br/noticia/2903/ppi-com-investimento-do-governo-do-amapa-comunidade-do-bonito-avanca-na-producao-de-hortalicas-verdes-em-macapa>.

- FAO. (2015). *The status of the world's soil resources (SWSR)*. Food and Agriculture Organization of the United Nations. <https://www.fao.org/3/i5199e/i5199e.pdf>
- FAO. (2018). *El Trabajo de la FAO em la Agricultura Familiar*. Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS. Nova York, Estados Unidos: FAO.
- Galiano, L. O. (2018). *Centros de apoio à agricultura urbana e periurbana em Macapá*. Macapá: UNIFAP.
- GEM, Global Entrepreneurship Monitor. (2010). *Empreendedorismo no Brasil em 2010*. Curitiba: IBQP.
- Gil, A.C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6th ed.). São Paulo: Atlas.
- Henry, C., & McElwee, G. (2014). Defining and conceptualising rural enterprise. *Contemporary Issues in Entrepreneurship Research*.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo demográfico 2022: Resultados Preliminares*. Rio de Janeiro. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>? Acesso em: 25 jul. 2024.
- IPEA. (2022). *Expansão da produção agrícola, novas tecnologias de produção, aumento de produtividade e o desnível tecnológico no meio rural*. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA.
- Lima, A. F., Silva, E. G. de A., & Iwata, B. de F. (2019). *Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura*. *Retratos de Assentamentos*, 22(1). Recuperado de <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332>.
- Lisbinski, F. C., Torres, R., Bobato, A. M., Bezerra, É. C. D., & Freitas, C. A. de. (2020). Análise Espacial do Desenvolvimento Rural da Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 14(1), 79–101.
- Lomba, R.M., & Silva, I.C. (2014). O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá-Brasil. *Informe Gepec*, 18(2), 20-36.
- MDA. (2012). Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Evolução do Pronaf*.
- Melo, L. P. de, & Borges, W. L. (2013). *Tipologia de agricultores no Estado do Amapá com base em indicadores de renda*. *Cadernos de Agroecologia*, 8(2). Recuperado de <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/96156/1/CPAF-AP-2013-Tipologia-agricultores.pdf>.
- Miyazaki, J., Vilas Boas, T., & Raizel, P. A. (2008). *Capital social e empreendedorismo rural: a agricultura familiar no oeste do Paraná*. Curitiba: Gua.
- Mocumbe, S. (2010). *Cadeia de valor da mandioca*. Reunião Nacional. Moçambique. Recuperado de <https://pt.slideshare.net/somocumbi/cadeia-de-valor-da-mandioca-reunio-nacional>.
- Moradet, F., Sharma, V., Kulkarni, H., Rahimi, L., & Scott, C. A. (2023). Water-saving irrigation techniques for sustainable agriculture under climate change conditions. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v7. <https://doi.org/10.3389/fsfs.2023.00000>
- Oliveira, M. C. (2019). *Empreendedorismo rural: desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável*. *Revista de Administração e Inovação*, 16(2), 207-226.
- Oliveira, F. S. de, Silva, E. M. S. da, Silva, A. F., & Vieira, M. C. A. (2023). Gestão e Empreendedorismo Rural na Agricultura Familiar: narrativas de agricultores em unidades produtivas no território Sertão do São Francisco – Ba. *Revista de Extensão da UNIVASF*, 11(1), 157-167.

- Oliveira, L. G. de, Batalha, M. O., Oliveira, A. C., & Fonseca, V. S. (2024). National School Feeding Program (PNAE): a conceptual model of barriers to acquiring family farming food items. *Ciência Rural*, 54(7), e20220329.
- Piva, A. S. (2010). *Formação do Sistema Agroindustrial e os Fluxos Migratórios na Mesorregião Oeste Catarinense* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Prada, C. (2019). *Cadeia de valor: por que montar uma para sua empresa?* São Paulo: Euax. Recuperado de <https://www.euax.com.br/2019/10/cadeia-de-valor/>.
- Quaresma, P. F. (2023). *Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR): desempenho institucional nas políticas de comercialização da agricultura familiar no Amapá* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amapá, Macapá.
- Resende, M. (2015). *Logística no agronegócio*. São Paulo: Atlas.
- Rodrigue, J.-P. (2017). *The geography of transport systems* (4th ed.). New York: Routledge.
- Saraiva, O. D. N., & Borges, W. L. (2021). *Agricultura familiar e políticas públicas: estudo de caso na Comunidade Vila Ressaca da Pedreira, Macapá, Amapá, Brasil*. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 16(1), 12. Recuperado de <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/article/view/23182>.
- Sauer, S. (2016). *Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil*. Brasília: Embrapa.
- Schmidt, S., & Bohnenberger, M. C. (2009). Perfil empreendedor e desempenho organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(3), 450-467.
- Schumpeter, J. A. (2022). *A Teoria do desenvolvimento econômico: um estudo sobre lucro empresarial, capital, crédito, juro e ciclo da conjuntura* (2nd ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, A. C., et al. (2017). Desafios do empreendedorismo rural: um estudo de caso em uma comunidade rural do estado do Pará. *Revista de Administração da UFSM*, 10(3), 542-558.
- Silva, L. V. da, Machado, L., Saccol, A., & Azevedo, D. (2012). *Metodologia da Pesquisa em Administração* [uma abordagem prática]. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos.
- Souza, A. C., et al. (2018). *Desafios do empreendedorismo rural: um estudo de caso em uma cooperativa de agricultores familiares*. *Revista de Administração e Inovação*, 15(4), 327-346.
- Stathopoulou, S., Psaltopoulos, D., & Skuras, D. (2004). *Rural Entrepreneurship in Europe: a research framework and agenda*. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research*, 10(6), 404-425.
- Teixeira, A. C. (2020). *Recursos e infraestrutura na agricultura familiar*. Rio de Janeiro: FGV.
- Unesco. (2003). *Alfabetização como liberdade*. Brasília: Unesco, MEC. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130300>
- Wanderley, C. A. N., Silva, A. C., & Leal, R. B. (2012). *Ativos Biológicos e Produto Agrícola: Uma análise das Principais Empresas do Agronegócio Brasileiro*.
- Yamaguchi, C. K., Stefenon, S. F., Ramos, N. K., Dos Santos, V. S., & Marietto, M. L. (2020). Young People's Perceptions about the Difficulties of Entrepreneurship and Developing Rural Properties in Family Agriculture. *Sustainability*, 12(21), 8783.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5th ed.). Porto Alegre: Bookman.